



Poder Judiciário
Justiça Comum
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº 2023085259 (PA-TJ)

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do Juízo da 7ª Vara Mista de Sousa, requisitando pagamento de honorários, em favor de FELIPE QUEIROGA GADELHA, pela perícia realizada no Processo Nº 0801017-71.2018.8.15.0371, movido por ISABEL SILVA DA NÓBREGA AUGUSTO em face do BANCO OLÊ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A.

Data da Autuação: 25/05/2023

Parte: 7 Vara - Gabinete do Juiz / Sousa e outros(1)

ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,

Considerando que o(a) Senhor(a) Felipe Queiroga Gadelha, aceitou o encargo de perito, venho requerer que seja realizada a **Reserva Orçamentária** para suportar o encargo relativo a despesa decorrente dos serviços prestados nos autos adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte **ISABEL SILVA DA NOBREGA AUGUSTO(079.559.834-32)**; é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme despacho proferido ID 16084792.

1. 1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial nº 0801017-71.2018.8.15.0371

1.1.2 Natureza da ação: Assunto: [Indenização por Dano Moral, Empréstimo consignado]

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: 7ª Vara Mista de Sousa

1.1.4 Autor (es): Isabel Silva da Nobrega Augusto CPF 079.559.834-32

1.5.1 Réu (s): REU: BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A
CPF/CNPJ:

1.1.6 Natureza do serviço: () Tradução () Interpretação (x) Perícia

1.1.7 Natureza dos honorários: () Adiantamento (x) Finais



1.1.8 Valor arbitrado R\$ 1.500,00

1.2 DOS DADOS DO PERITO

1.2.1 Nome: Felipe Queiroga Gadelha

1.3.2 Endereço: Rua Custódio Domingos dos Santos, Ed Royal Luna, nº 21, Apto 1501, Brisamar, João Pessoa-PB

1.2.3 Telefone (s): 83 99332 2907

1.2.4 CPF: 021.205.144-02

1.2.5. Banco: Banco do Brasil 1.2.6. Agência: 3396-0 1.2.7 Conta corrente 17354-1

1.2.6 Inscrição INSS: ou 1.2.7 Inscrição PIS/PASEP: 12617929444

1.2.8 Inscrição no Conselho Competente: CRA NACIONAL 160163983-0

Nota: O prestador deve apresentar documento hábil que comprove sua quitação junto ao conselho.

1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:

1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária - ID 16084792

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais - ID 70097000

19 de maio de 2023

Juiz (a) de Direito



ROSCIMERE ABRANTES FELIX

Analista/Técnica Judiciária





Número: **0801017-71.2018.8.15.0371**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **27/03/2018**

Valor da causa: **R\$ 16.045,31**

Assuntos: **Indenização por Dano Moral, Empréstimo consignado**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ISABEL SILVA DA NOBREGA AUGUSTO (AUTOR)		DEUSIMAR PIRES FERREIRA (ADVOGADO)	
BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A (REU)		LOURENCO GOMES GADELHA DE MOURA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
16084792	21/08/2018 15:42	Despacho	Despacho



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE SOUSA

7ª VARA MISTA

Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Raquel Gadelha, CEP 58800970

e-mail sza.7vara@tjpb.jus.br; telefone (83)35226602

PROCESSO	0801017-71.2018.8.15.0371
	[INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, Empréstimo consignado]
AUTOR	ISABEL SILVA DA NOBREGA AUGUSTO
RÉU	BANCO BONSUCESO CONSIGNADO S/A

DESPACHO

Defiro a gratuidade pretendida, considerando os extratos anexados à inicial.

A autora é titular da conta n.º 0486982-6, Banco Bradesco (237), Agência n.º 1594, conforme se vê dos extratos bancários. Segundo o documento de id. 3270337, p. 3, essa conta foi beneficiada com o crédito do contrato n.º 00129775456. Nesse contexto, para fins de exame da tutela de urgência, cabe à parte autora carrear aos autos os extratos bancários referentes ao período da contratação, sob pena de se presumir que foi beneficiada com o crédito advindo daquela relação negocial.

ANTE O EXPOSTO, intime-se a para emendar a inicial, no prazo de quinze dias, devendo apresentar os extratos bancários referentes aos meses de agosto a dezembro de 2017.



Intime-se.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.

VINICIUS SILVA COELHO

Juiz de Direito





Número: **0801017-71.2018.8.15.0371**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **27/03/2018**

Valor da causa: **R\$ 16.045,31**

Assuntos: **Indenização por Dano Moral, Empréstimo consignado**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ISABEL SILVA DA NOBREGA AUGUSTO (AUTOR)		DEUSIMAR PIRES FERREIRA (ADVOGADO)	
BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A (REU)		LOURENCO GOMES GADELHA DE MOURA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
70097000	14/03/2023 14:43	Decisão	Decisão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA-

COMARCA DE SOUSA - 7ª VARA MISTA

sou-vmis07@tjpb.jus.br; (83)355226602

Processo: 0801017-71.2018.8.15.0371

Assunto [Indenização por Dano Moral, Empréstimo consignado]

Parte autora ISABEL SILVA DA NOBREGA AUGUSTO

Parte ré BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A

DECISÃO

Ante o teor da certidão de id. 57594051, nomeio Felipe Queiroga Gadelha, perito cadastrado nesta Corte (fqueirogagadelha@gmail.com; (83-9.9332-2907).

Fixo os honorários em R\$ 1.500,00, com fundamento no art. 5º da Resolução n. 09/2017 do TJPB. Lembro que a tabela de honorários anexa à referida resolução fixa em apenas R\$ 300,00 a perícia grafoscópica (item 6.3 da tabela), de modo que o valor aqui fixado está dentro dos limites estabelecidos no já mencionado art. 5º.

ANTE O EXPOSTO:

Intime-se o perito nomeado por e-mail, exigindo-se que acuse o recebimento.

Remeta-se cópia do processo para que o *expert* esclareça se será necessário ter acesso aos originais dos documentos que serão objeto da perícia. Caso não seja necessário, fica, desde já, fixado o prazo de trinta dias para apresentação do laudo.

Desde já o perito fica advertido de que tem o dever de cumprir o ofício, e de que a recusa somente será aceita caso seja alegado motivo legítimo (art. 157, CPC). Caso permaneça em silêncio, o TJPB será comunicado para que tome providências quanto à continuidade de seu nome no cadastro de peritos.

Providências necessárias para requisição do pagamento dos honorários, conforme regulamentado na já mencionada resolução.



Com a apresentação do laudo, ouçam-se as partes no prazo comum de dez dias.

Intimem-se desta decisão.

Sousa-PB, data e assinatura eletrônicas.

Juiz de Direito em substituição





Número: **0801017-71.2018.8.15.0371**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **27/03/2018**

Valor da causa: **R\$ 16.045,31**

Assuntos: **Indenização por Dano Moral, Empréstimo consignado**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ISABEL SILVA DA NOBREGA AUGUSTO (AUTOR)		DEUSIMAR PIRES FERREIRA (ADVOGADO)	
BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A (REU)		LOURENCO GOMES GADELHA DE MOURA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
70403132	15/03/2023 15:09	Petição (Aceite de encargo/Necessidade de coleta))	Petição (3º Interessado)

Excelentíssimo (a) Sr.(a) Dr.(a) Juiz(a) Presidente da 7ª Vara Mista da Comarca da Sousa/PB.

Assunto: ACEITE DE PERÍCIA e NECESSIDADE DA JUNTADA DE COLETA DA ASSINATURA PADRÃO DA PARTE AUTORA.

PROCESSO nº 0801017-71.2018.8.15.0371

PARTES: ISABEL SILVA DA NOBREGA AUGUSTO X BANCO OLÉ BONSUCESO CONSIGNADO S.A

FELIPE QUEIROGA GADELHA, Perito Grafotécnico com endereço profissional na rua Custódio Domingos dos Santos, Ed Royal Luna, nº 21, apt 1501, Brisamar, João Pessoa /PB, nomeado para atuar no **Processo em epígrafe**, graduado em Engenharia Civil com especializações em:

Ø Engenharia de Segurança do Trabalho;

Ø Avaliações e Perícias de Engenharia;

Ø Perícias Criminais e Ciências Forenses,

Inscrito no CREA NACIONAL sob o nº 160163983-0, identidade nº 1792045-SSP-PB, CPF nº 021.205.144-02, NIT/PIS/PASEP Nº 12617929444, vem perante a Vossa Excelência, informar que aceito o encargo de atuar como PERITO, bem como o valor determinado para os honorários periciais, estipulados pelo Juízo.

Por oportuno, este *expert* vem a presença de Vossa Excelência, visto a necessidade de acesso ao grafismo contemporâneo com o intuito de obter mais elementos e identificar padrões, vem requerer a intimação da parte autora, para coleta de assinatura padrão por este Cartório no formulário que encaminho em anexo.

Por fim, aguardo determinação deste Douto Juízo para dar prosseguimento do trabalho pericial.

Nestes termos.

Pede deferimento.

João Pessoa, 15 de março de 2023.





Número: **0801017-71.2018.8.15.0371**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **27/03/2018**

Valor da causa: **R\$ 16.045,31**

Assuntos: **Indenização por Dano Moral, Empréstimo consignado**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ISABEL SILVA DA NOBREGA AUGUSTO (AUTOR)		DEUSIMAR PIRES FERREIRA (ADVOGADO)	
BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A (REU)		LOURENCO GOMES GADELHA DE MOURA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13270225	27/03/2018 09:34	Petição inicial em pdf	Informações Prestadas

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA DA
COMARCA DE SOUSA - PB**

Urgente – Pessoa Idosa

ISABEL SILVA DA NÓBREGA AUGUSTO, brasileira, casada, aposentada, CPF n.º 079.559.834-32, Identidade RG n.º 2832244, residente e domiciliada na Rua Ana Pereira de Queiroga, 383 – Aparecida – PB, vem, por seu advogado signatário, constituído nos termos do instrumento procuratório em anexo, perante Vossa Excelência, com apoio no art. 497 e 499 e artigo 42, parágrafo único, do CDC, propor a presente:

**AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO C/C PEDIDO LIMINAR DE SUSPENSÃO
DOS DESCONTOS e DANO MORAL**

em face do **BANCO Olé Bonsucesso Consignado S.A**, CNPJ n.º 71.371.686/0001-75, representado por quem seus estatutos indicarem, estabelecido na Rua Alvarenga Peixoto, 974, Belo Horizonte – MG - CEP: 30180-129, pelos motivos de fato e direito a seguir delineados:

DOS FATOS

A idosa **ISABEL SILVA DA NÓBREGA AUGUSTO** tem 65 anos de idade e vive do benefício previdenciário do INSS, auferindo renda de um salário mínimo mensal.

Em decorrência de suas necessidades financeiras, a autora já recorreu no passado a empréstimos consignados para pagar despesas com tratamento de saúde, o que gera desconto em seu salário de R\$ 181,67 (cento e oitenta e um reais e sessenta e sete centavos), o que já comprometia 18,18% do seu benefício.

Ocorre que no mês de setembro de 2017, foi surpreendida com mais um desconto, agora no valor de 149,33 (cento e quatro e nove reais e trinta e três centavos) e o que já era complicado só veio piorar a situação financeira da idosa que passou a comprometer 34% de seus vencimentos, tornando quase impossível sobreviver com tão pouco dinheiro por mês.

Sem entender do que se tratava, se dirigiu ao INSS para solicitar explicações e de posse do extrato viu que um novo empréstimo no valor de 5.288,44 (cinco mil, duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e quatro centavos) havia sido feito em seu nome, tendo como agente financeiro o Banco Réu.



A autora procurou o Procon local e lá conseguiu a cópia de dois contratos de empréstimo consignado, supostamente assinados pela autora, mas que ela não reconhece nenhuma das assinaturas como sua.

O primeiro contrato foi datado em 30/08/2017 no valor de R\$: 4.667,79 (Quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e setenta e nove centavos), constando no mesmo a seguinte assinatura:

<small>Esta declaração regula e aprova o crédito, esta proposta se converterá automaticamente em título executivo extrajudicial, na forma do art. 784, III, da Lei 13.105/2015. 19. O CLIENTE declara que ao assinar, compreendeu o conteúdo deste documento, estando ciente de todas as condições e obrigações assumidas, obrigando-se a cumpri-las. E, por estarem assim ajustados, firmam este em 02 (duas) vias iguais, juntamente com as testemunhas relacionadas.</small>		<small>Esta declaração regula e aprova o crédito, esta proposta se converterá automaticamente em título executivo extrajudicial, na forma do art. 784, III, da Lei 13.105/2015. 19. O CLIENTE declara que ao assinar, compreendeu o conteúdo deste documento, estando ciente de todas as condições e obrigações assumidas, obrigando-se a cumpri-las. E, por estarem assim ajustados, firmam este em 02 (duas) vias iguais, juntamente com as testemunhas relacionadas.</small>
<i>Isabel Silva da Nobrega Augusto</i> CLIENTE (ou a rogo, caso analfabeto)	• Testemunhas:	
Nome:	Nome:	
CPF:	CPF:	
	Nome:	
	CPF:	

Pag. 02 EMP 006 Central de Atendimento Im

Seis dias após o primeiro, em 05/09/2017, foi realizado um novo financiamento do valor, agora na quantia de R\$: 5.288,44 (cinco mil, duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), constando a seguinte assinatura:

<small>Esta declaração regula e aprova o crédito, esta proposta se converterá automaticamente em título executivo extrajudicial, na forma do art. 784, III, da Lei 13.105/2015. 19. O CLIENTE declara que ao assinar, compreendeu o conteúdo deste documento, estando ciente de todas as condições e obrigações assumidas, obrigando-se a cumpri-las. E, por estarem assim ajustados, firmam este em 02 (duas) vias iguais, juntamente com as testemunhas relacionadas.</small>		<small>Esta declaração regula e aprova o crédito, esta proposta se converterá automaticamente em título executivo extrajudicial, na forma do art. 784, III, da Lei 13.105/2015. 19. O CLIENTE declara que ao assinar, compreendeu o conteúdo deste documento, estando ciente de todas as condições e obrigações assumidas, obrigando-se a cumpri-las. E, por estarem assim ajustados, firmam este em 02 (duas) vias iguais, juntamente com as testemunhas relacionadas.</small>
<i>Isabel Silva da Nobrega Augusto</i> CLIENTE (ou a rogo, caso analfabeto)	• Testemunhas:	
Nome:	Nome:	
CPF:	CPF:	
	Nome:	
	CPF:	

Pag. 02 EMP 006 Central de Atendimento Im

Logo de cara, é facilmente perceptível a divergência das assinaturas, entre o primeiro e o segundo contrato que como já se afirmou anteriormente, não foram assinadas pela autora.

Ocorre que, do valor do refinanciamento contido no segundo contrato, o banco descontou a quantia de 4.692,70 (quatro mil seiscentos e noventa e dois reais e setenta centavos) provavelmente para quitar o débito do suposto empréstimo realizado no mês de agosto e creditou no dia 11/09/17, o valor líquido de R\$ 435,48 (quatrocentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos) na conta da autora, conforme em anexo.

A Idosa nunca tomou tais empréstimos ou autorizou que terceiros o fizessem, especialmente, qualquer tipo de transação com o Banco réu. Jamais teve seus documentos pessoais extraviados ou cedeu a terceiros, nem assinou documentos ou constituiu procurador para tanto.



Por certo, temos uma quadrilha especializada em lesar idosos, como neste caso. Há suspeita de envolvimento de servidores do próprio banco para que disponham dos dados cadastrais dos idosos, facilitando operações fraudulentas como esta.

Em qualquer crédito desta natureza, especialmente quando tratar-se de idosos na condição de mutuários, o crédito não deve ser concedido sem a precedência de contrato escrito entre as partes. E como já foi dito, o contrato que autora recebeu após procurar o Procon da cidade de Sousa-PB, consta assinatura bem diferentes uma da outra o que facilmente pode se perceber e que nenhuma foi assinada por ela.

DO DIREITO

Temos violado a regra geral de formação dos contratos, prevista no art. 104 e ss. do Código Civil. Não houve qualquer precaução do Banco Requerido ao efetuar empréstimo em nome da Idosa, à revelia desta, sem autorização ou via procuração. A instituição financeira sequer adotou as devidas cautelas para analisar uma possível documentação fornecida para a contratação do empréstimo, agindo de forma imprudente, senão negligente e fraudulenta.

O fato exposto, diante das provas apresentadas (contrato fraudado e extratos bancários) se a situação não for resolvida com urgência, estará ocasionando cada vez mais prejuízos financeiros à idosa, pois os descontos já iniciaram desde setembro/2017 deste ano, o que justifica o pleito da tutela de urgência prevista no artigo 300 do NCPC.

Por certo, sabendo da vulnerabilidade das transações que envolvem empréstimo consignado em benefício de aposentadoria, evidenciada pelas as inúmeras ocorrências de fraudes em todo o país, a instituição financeira assume os riscos do negócio, devendo, portanto, restituir em dobro a idosa dos valores que foram descontados em seu benefício previdenciário, nos termos do art. 42 do CDC.

Neste mesmo sentido, assim decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRATO DE MÚTUO. RESPONSABILIDADE DO BANCO. DESCONTOS INDEVIDOS EM PROVENTOS DE APOSENTADORIA. VALOR INDENIZATÓRIO. DANO SOFRIDO. MANUTENÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO. I - o banco requerido deve ser responsabilizado pelos descontos indevidos em proventos de aposentadoria, uma vez que não foi firmado qualquer contrato de empréstimo com consignação. II - O dano moral decorrente da diminuição da capacidade financeira do apelado bem como o constrangimento de ver descontado do seu vencimento quantia que não contratou, não precisa ser provado, pois o mesmo é presumido. ademais, os bancos também respondem objetivamente pelos danos que venham a causar a seus clientes. III - A reparação por dano moral deve servir para recompor a dor sofrida pela vítima, assim como para inibir a repetição de ações lesivas da mesma natureza. Sua fixação, no entanto, deve obedecer os princípios da razoabilidade e damoderação. IV - Deve ser mantida a cobrança em dobro do valor cobrado injustamente, com os acréscimos legais, nos termos do artigo sexto, inciso III, do CDC e art. 186, 876 e 1059, do Código civil. Recurso de apelação conhecido, mas improvido.” (TJGO. 1ª Câmara Cível. Apelação Cível n.º 108211-2/118. Relator Dr. Jeová Sardinha de Moraes. DJ 15014 de 05/06/2007).

Portanto, por ter ocasionado enorme constrangimento e perturbação emocional a uma idosa em decorrência da negligência do Banco Réu, necessário se estabelecer um pagamento a título de dano moral a ela.



Por fim, diante das provas ora apresentadas (contrato sem assinatura da autora, extrato bancário), necessário a concessão da tutela de urgência para imediatamente seja determinada cessação dos desconto do valor de R\$104,85, referente as parcelas do empréstimo não realizado pela autora.

DOS PEDIDOS

Em arremate, postula a autora:

Seja observada a preferência procedimental de atendimento à idosa, conforme preceitua o Estatuto do idoso.

A concessão de liminar, oficiando ao INSS para que suspenda os descontos no benefício de titularidade da idosa ISABEL SILVA DA NÓBREGA AUGUSTO, no valor de R\$ 149,33 (cento e quarenta e nove reais e trinta e três centavos), até julgamento final, bem como, notificando o Requerido desta providência, abstando-se de inserir o nome dela no serviço de proteção ao crédito, enquanto tramitar este feito.

Ainda, conhecida e declarada como abusivas a cobrança dos valores imputado pelo Banco Requerido à Idosa, seja pago a quantia de R\$; de 15.000,00 (quinze mil reais) a título de danos morais, nos moldes acima relatados.

Requer, outrossim, a citação do Banco Requerido, para, querendo, comparecer à audiência conciliatória e/ou formular defesa, sob pena de confissão quanto aos fatos aqui ocorridos.

O benefício da Justiça gratuita, por ser pobre nos termos da lei, vivendo unicamente do seu benefício previdenciário. Portanto, não podendo arcar com custas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento.

Pelo exposto, digna-se Vossa Excelência julgar procedentes os pedidos, anulando os supostos contratos de empréstimos nos valores de R\$: 4.667,79 (Quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e setenta e nove centavos) e R\$: 5.288,44 (cinco mil, duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), determinando que o BANCO Olé Bonsucesso Consignado, liminarmente, realize o ressarcimento dos valores que foram e poderão ser descontados indevidamente no curso desse processo, em dobro, nos moldes previstos no art. 42 do CDC, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R\$ 100,00 (cem reais), a serem revertidos em proveito da Idosa e pagamento de Dano Moral.

Pleiteia pela produção de provas, sem exceção, em direito admitidos, inclusive com o depoimento pessoal, oitiva da Requerente e das testemunhas que comparecerão à audiência independentemente de intimação e prova pericial caso julgue necessário.

Dá-se a causa o valor de R\$: 16.045,31 (Dezesseis mil, quarenta e cinco reais e trinta e um centavos), para efeitos fiscais.



Nesses termos,
Pede deferimento.

Sousa - PB, 27 de março de 2018.

Deusimar Pires Ferreira
OAB/PB 18019.





Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2023.085.259

Requerente: Juízo da 7ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Felipe Queiroga Gadelha – Perito Grafocopista - qgpericias@gmail.com

Os presentes autos versam sobre requisição de reserva orçamentária para pagamento de honorários, no valor de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais, em favor do Perito Grafocopista Felipe Queiroga Gadelha, CPF 021.205.144-02, com inscrição no INSS sob nº 12617929444, inscrição no PIS/PASEP sob nº 12617929444, nascido em 25/08/1975, para realização de perícia nos autos do processo nº 0801017-71.2018.8.15.0371, movido por Isabel Silva da Nóbrega Augusto, CPF 079.559.834-32, em face do Banco Olê Bonsucesso Consignado S.A – CNPJ 71.371.686/0001-75, perante o Juízo da 7ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

A Resolução nº 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 de março de 2021, disciplinou, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, inciso IV, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, § 3º, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na Tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, faltando apenas a entrega do laudo, por se tratar de pedido de reserva orçamentária.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro de Felipe Queiroga Gadelha, Perito Grafocospita, encontra-se na situação de ativo.

No caso em tela, o valor de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais, em favor do Perito Grafocopista Felipe Queiroga Gadelha, CPF 021.205.144-02, com inscrição no INSS sob nº 12617929444, inscrição no PIS/PASEP sob nº 12617929444, nascido em 25/08/1975, para realização de perícia nos autos do processo nº 0801017-71.2018.8.15.0371, movido por Isabel Silva da Nóbrega Augusto, CPF 079.559.834-32, em face do Banco Olê Bonsucesso Consignado S.A – CNPJ 71.371.686/0001-75 , perante o Juízo da 7ª Vara Mista da Comarca de Sousa, ultrapassa o valor máximo estabelecido na Tabela I, Anexo I, da referida Resolução Administrativa.

Nesse contexto, o pedido de reserva orçamentária para pagamento da despesa fica condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura, nos termos do artigo 5º da Resolução nº 09/2017, deste Tribunal, para onde deve ser remetido o presente ADMEletrônico, a fim de ser distribuído a um dos seus integrantes.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 25 de maio de 2023.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



25/05/2023

Número: **0801017-71.2018.8.15.0371**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **27/03/2018**

Valor da causa: **R\$ 16.045,31**

Assuntos: **Indenização por Dano Moral, Empréstimo consignado**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ISABEL SILVA DA NOBREGA AUGUSTO (AUTOR)		DEUSIMAR PIRES FERREIRA (ADVOGADO)	
BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A (REU)		LOURENCO GOMES GADELHA DE MOURA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
73847335	25/05/2023 15:59	Comunicações	Comunicações

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2023.085.259 - referente a requisição de reserva orçamentária para pagamento de honorários, no valor de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais, em favor do Perito Grafocopista Felipe Queiroga Gadelha, CPF 021.205.144-02, com inscrição no INSS sob nº 12617929444, inscrição no PIS/PASEP sob nº 12617929444, nascido em 25/08/1975, para realização de perícia nos autos do processo em referência.

Robson Cananéa - Diretor Especial



TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA PARAIBA
SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS DE 2º GRAU

TERMO DE RECEBIMENTO

Processo: 0000159-46.2023.815.0000 Num 1º Grau: 0801017-71.2018.815.0371
Data de Entrada : 25/05/2023 Hora: 16:02
Número de Volumes: 1 Qtd Folhas: 21 Qtd de Apensos:
Numeração : 02 A 22 Qtd Vol.Apenso:
Número de Folhas : Repetidas: Omitidas:
 Em Branco:
Agravo Retido às folhas de : a

Classe : PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto: HONORARIOS PERICIAIS.

Histórico : EXP DA 7A VARA DA COMARCA DE SOUSA, REQUISITANDO
RESERVA ORCAMENTARIA PARA PAGAMENTO DE HONORARIO
EM FAVOR DE FELIPE QUEIROGA GADELHA, PARA REALIZA
CAO DE PERICIA NO PROC 0801017-71.2018.815.0371

Autor: ISABEL SILVA DA NÓBREGA AUGUSTO
Reu : BANCO OLÊ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A

João Pessoa, 25 de maio de 2023

Responsavel pela Digitação

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA PARAIBA

TERMO DE AUTUAÇÃO, REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO

ESTES AUTOS FORAM DISTRIBUIDOS POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO,
REGISTRADOS EM MEIO MAGNÉTICO E AUTUADOS COM AS OBSERVAÇÕES ABAIXO:

Processo : 0000159-46.2023.815.0000 Processo CPJ: /
Proc 1º Grau: 0801017-71.2018.815.0371 Processo 1º:
Autuado em : 25/05/2023
Classe : PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Valor da Causa : Volumes : 001
Comarca : 999 -----
Tipo Distrib. : AUTOMATICA Distrib. em: 25/05/2023 16:04
Órgão Julgador : CONSELHO DA MAGISTRATURA
Relator : 081 DES. ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA

Assunto :
HONORARIOS PERICIAIS.

IDENTIFICACAO DAS PARTES:
-----:

EXPEDIENTE DO JUIZO DA 7A VARA DA COMARCA DE SOUSA
REQUISITANDO PAGAMENTO DE RESERVA ORCAMENTARIA PA-
RA PAGAMENTO DE HONORARIOS EM FAVOR DE FELIPE QUEI
ROGA GADELHA, PARA REALIZACAO DE PERICIA NO PROCES-
SO 0801017-71.2018.815.0371, MOVIDO POR ISABEL SIL-
VA DA NOBREGA AUGUSTO, EM FACE DO BANCO OLE BONSU -
CESSO CONSIGNADO S.A. (ADM 2023.085.259).

JOAO PESSOA, 25 DE MAIO DE 2023

RESPONSAVEL PELA DIGITACAO

Visto.

Em mesa para julgamento.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira
Relator



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Assessoria do Conselho da Magistratura

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2023.085.259 (PROCESSO FÍSICO Nº 0000159-46.2023.815.0000). **Requerente:** Juízo da 7ª Vara Mista da Comarca de Sousa. **Assunto:** Solicitação reserva orçamentária para pagamento de honorários periciais em favor do Perito Grafocopista Felipe Queiroga Gadelha, para realização de perícia no processo nº 0801017- 71.2018.8.15.0371.

Certidão

Certifico, para fins e efeitos legais, que a pauta de julgamento do processo acima indicado foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado no dia 06 de junho de 2023.

Certifico, outrossim, que os integrantes do Egrégio Conselho da Magistratura, em sessão ordinária, hoje realizada, apreciando o processo acima identificado, proferiram a seguinte decisão:

“AUTORIZADA RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS, NO VALOR DE R\$ 1.500,00 (HUM MIL E QUINHENTOS REAIS), DEVENDO A DIRETORIA ESPECIAL, TÃO LOGO SEJA PROCEDIDA A JUNTADA DO LAUDO RESPECTIVO, REMETER OS AUTOS À GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, PARA EMPENHAMENTO DA DESPESA. UNÂNIME”.

Presidiu a sessão, com voto, o Excelentíssimo Senhor Desembargador João Benedito da Silva – Presidente. *Relator: Excelentíssimo Senhor Desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira.* Participaram, ainda, do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho - férias, Maria das Graças Morais Guedes (Vice-Presidente) e Joás de Brito Pereira Filho. Ausente, justificadamente, o Exmo. Sr. Des. Carlos Martins Beltrão Filho (Corregedor-Geral de Justiça).

Ausente o representante do Ministério Público Estadual.

Conselho da Magistratura, Sala de Sessões “*Des. Manoel Fonsêca Xavier de Andrade*” do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, no dia 16 de junho de 2023.

Robson de Lima Cananéa
DIRETOR ESPECIAL



16/06/2023

Número: **0801017-71.2018.8.15.0371**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **27/03/2018**

Valor da causa: **R\$ 16.045,31**

Assuntos: **Indenização por Dano Moral, Empréstimo consignado**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ISABEL SILVA DA NOBREGA AUGUSTO (AUTOR)		DEUSIMAR PIRES FERREIRA (ADVOGADO)	
BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A (REU)		LOURENCO GOMES GADELHA DE MOURA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
74863947	16/06/2023 13:09	Comunicações	Comunicações

Decisão do Conselho da Magistratura, lançada no ADM - Processo nº 2023.085.259 , referente a requisição de reserva orçamentária para pagamento de honorários, no valor de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais, em favor do Perito Grafocopista Felipe Queiroga Gadelha, CPF 021.205.144-02, com inscrição no INSS sob nº 12617929444, inscrição no PIS/PASEP sob nº 12617929444, nascido em 25/08/1975, para realização de perícia nos autos do processo em referência.





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo Administrativo nº 2023.085.259

Interessado: FELIPE QUEIROGA GADELHA - Perito Grafocopista

Assunto: Honorários periciais nos autos da Ação N. 0801017- 71.2018.8.15.0371

Valor: R\$ 1.500,00 e Previdência: R\$ 300,00– valor arbitrado nos termos de fls. 09

Informação Orçamentária

Atendendo despacho anterior, informamos que o desembolso relativo a presente solicitação poderá, a critério da Direção Superior desta Corte de Justiça, após os procedimentos administrativos que se fizerem necessários, ocorrer por conta dos recursos oriundos do Fundo Especial do Poder Judiciário, **de acordo com a LEI nº 12.561 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2023**, para o exercício atual, na seguinte classificação funcional programática:

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. de Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.36 – Serv. de Terc. Pessoa Física	759
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.47 – Obrig. Contributivas.	759

* Reservas nºs. 1222 e 1223

GEORC, em João Pessoa, 19 de junho de 2023

Erivalda Rodrigues Duarte
Gerente



Número: **0801017-71.2018.8.15.0371**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **27/03/2018**

Valor da causa: **R\$ 16.045,31**

Assuntos: **Indenização por Dano Moral, Empréstimo consignado**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ISABEL SILVA DA NOBREGA AUGUSTO (AUTOR)		DEUSIMAR PIRES FERREIRA (ADVOGADO)	
BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A (REU)		LOURENCO GOMES GADELHA DE MOURA (ADVOGADO)	
FELIPE QUEIROGA GADELHA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
75288374	27/06/2023 19:52	LAUDO PERICIAL	Petição (3º Interessado)

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 7ª VARA MISTA DA COMARCA DE SOUSA - PB.

FELIPE QUEIROGA GADELHA, brasileiro, casado, **Especialista em Perícias Criminais e Ciências Forenses, Perito Grafotécnico**, na qualidade de perito nomeado para atuar no **Processo nº 0801017-71.2018.8.15.0371 – ISABEL SILVA DA NOBREGA AUGUSTO (AUTORA) x BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A (RÉU)**, vem mui respeitosamente a Vossa presença apresentar o Laudo Pericial elaborado.

Dados Bancários para depósito dos honorários:

➤ **Banco do Brasil**

Agência: 3396-0

Conta Corrente: 17354-1

➤ **Caixa Econômica Federal**

Agência: 0039 – Operação: 013

Conta Poupança: 00005635-3

➤ **PIS/PASEP: 126.17929.44.4**

Nestes Termos.

Pede Deferimento.


João Pessoa, 22 de junho de 2023.

Felipe Queiroga Gadelha

Especialista em Perícias Criminais e Ciências Forenses

Perito Nomeado

1

Contato: (83)99332-2907  (81) 99808-6068

qgpericias@gmail.com /  @qgpericias

Processo 0801017-71.2018.8.15.0371



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 7ª VARA MISTA DA COMARCA DE SOUSA - PB.

PROCESSO Nº 0801017-71.2018.8.15.0371

AUTORA: ISABEL SILVA DA NOBREGA AUGUSTO
RÉU: BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A

PERÍCIA GRAFOTÉCNICA

LAUDO DOCUMENTOSCÓPICO - GRAFOSCÓPICO

ÍNDICE		PÁGINA
1	SÍNTESE DO OBJETO DA PERÍCIA E PROVIDÊNCIAS PARA INÍCIO DO LAUDO	3
2	DAS ASSINATURAS QUESTIONADAS	4
3	DAS ASSINATURAS PADRÕES	5
4	DO OBJETIVO DOS EXAMES	6
5	TIPO DE EXAME	6
6	MÉTODO	6
7	DOS EXAMES - Confronto Grafoscópico de Autenticidade	7
8	QUESITOS	11
9	CONCLUSÃO	12
10	BIBLIOGRAFIA	12



LAUDO DOCUMENTOSCÓPICO - GRAFOSCÓPICO

FELIPE QUEIROGA GADELHA, Perito Nomeado para proceder ao exame GRAFOTÉCNICO na ação em epígrafe onde foram questionadas as assinaturas encontradas nos documentos: *Contrato de Empréstimo nº 00129193864 – Data: 30/08/2017 – ID: Num. 19909004 - Pág. 3, Proposta de Empréstimo – Data: 03/08/2017 – ID: Num. 19909004 - Pág. 4, Solicitação de Portabilidade nº 855262245 – Data: 03/08/2017 – ID: Num. 19909004 - Pág. 7, Contrato de Empréstimo nº 00129775456 – Data: 05/09/2017 – ID: Num. 19909009 - Pág. 3, Proposta de Empréstimo – Data: 03/08/2017 – ID: Num. 19909009 - Pág. 4 e Solicitação de Portabilidade nº 855524914 – Data: 04/09/2017 – ID: Num. 19909009 - Pág. 7*, juntados aos autos.

Tendo realizado os exames grafotécnicos necessários, descrevendo com verdade e com todas as circunstâncias tudo quanto possa interessar a Justiça, apresento o Laudo Pericial determinado por esse Juízo.

1. SÍNTESE DO OBJETO DA PERÍCIA E PROVIDÊNCIAS PARA INÍCIO DO LAUDO

Esta peça pericial tem como objetivo dirimir dúvidas a fim de ser atendida a nomeação para proceder ao exame GRAFOTÉCNICO na Ação acima epigrafado em trâmite nessa Vara, onde foram questionadas as assinaturas (manuscritos) encontradas nos documentos retromencionados.

Após este perito dizer que aceita o encargo, comprometendo-se desde já a cumpri-lo escrupulosamente com técnica, ciência e consciência. **Assim elaborei este Laudo Pericial utilizando-me dos documentos constantes dos autos, entendendo que estes conseguiram atender de forma segura os elementos necessários para elaboração deste.**

Isto posto, as **Assinaturas Questionadas** foram confrontadas com os **Padrões de Assinaturas Coletadas** em documentos oficiais (Cédula de Identidade e outros) constante dos autos onde a Autora firmou suas assinaturas de maneira livre e espontânea.



2. DAS ASSINATURAS QUESTIONADAS

Os materiais questionados que motivaram o presente exame pericial identificam-se como sendo 06 (seis) assinaturas (**manuscritos digitalizados**) encontradas nos documentos questionados em que a parte Autora requer exames grafotécnicos e que foram deferidos por esse Juízo.

Os documentos onde constam as Assinaturas Questionadas **não foram apresentados em original**. Assim pude analisar as características “macroscópicas” da escrita como inclinação, espaçamentos, alinhamentos, proporções, valores angulares e curvilíneos, bem como o posicionamento. Segundo o entendimento de DEL PICCHIA FILHO et al. (2005 – p.443), “Há, porém, característicos gráficos fundamentais que permanecem e que são transferidos ou fixados nas reproduções, trazendo à luz fração apreciável da realidade documental”.

ASSINATURAS QUESTIONADAS

Isabel Silva da Nobrega Augusto
CLIENTE (ou a rgo, caso analfabeto)

Assinatura Questionada 01 (AQ 01 Contrato de Empréstimo nº 00129193864 – Data: 30/08/2017 – ID: Num. 19909004 - Pág. 3)

Isabel Silva da Nobrega Augusto

Assinatura Questionada 02 (AQ 02 Proposta de Empréstimo – Data: 03/08/2017 – ID: Num. 19909004 - Pág. 4)

Isabel Silva da Nobrega Augusto
Solicitante

Assinatura Questionada 03 (AQ 03 Solicitação de Portabilidade nº 855262245 – Data: 03/08/2017 – ID: Num. 19909004 - Pág. 7)

Isabel Silva da Nobrega Augusto
CLIENTE (ou a rgo, caso analfabeto)

Assinatura Questionada 04 (AQ 04 Contrato de Empréstimo nº 00129775456 – Data: 05/09/2017 – ID: Num. 19909009 - Pág. 3)

Isabel Silva da Nobrega Augusto
CLIENTE (ou seu rogado, no caso de analfabeto)

Assinatura Questionada 05 (AQ 05 Proposta de Empréstimo – Data: 03/08/2017 – ID: Num. 19909009 - Pág. 4)

Isabel Silva da Nobrega Augusto
Solicitante

Assinatura Questionada 06 (AQ 06 Solicitação de Portabilidade nº 85524914 – Data: 04/09/2017 – ID: Num. 19909009 - Pág. 7)

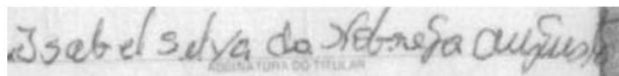
4

Contato: (83)99332-2907 (81) 99808-6068
qgpericias@gmail.com / @qgpericias
Processo 0801017-71.2018.8.15.0371



3. DAS ASSINATURAS PADRÕES

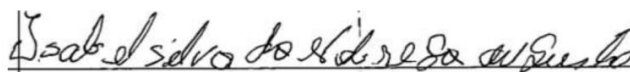
ASSINATURAS PADRÕES



Assinatura Padrão 1 (AP 1 Carteira de Identidade)



Assinatura Padrão 2 (AP 2 Coleta de Assinatura – Data: 18/05/2023)



Assinatura Padrão 3 (AP 3 Coleta de Assinatura – Data: 18/05/2023)



4. DO OBJETIVO DOS EXAMES

O presente exame tem como propósito informar à Autoridade Judicial se o objeto apresentado no ITEM 2 - ASSINATURAS QUESTIONADAS (MANUSCRITOS IMPRESSOS) – partiram do punho escritor da Sra. ISABEL SILVA DA NOBREGA AUGUSTO.

5. TIPO DE EXAME

Trata-se do exame analítico comparativo de cinética e estrutura gráfica entre os Grafismos das Assinaturas Questionadas e nas Assinaturas Padrões.

6. MÉTODO

Para a realização do exame em tela o Perito utilizou o método grafocinético, próprio para as análises gráficas.

7. DOS EXAMES

Os exames foram realizados como uso de lupas de ampliação, microscópio digital, câmera fotográfica digital, além de programas computacionais próprios para editoração de imagens.

Após análise e diferenciação das duas listas (assinaturas questionadas e padrões), iniciou-se o exame das assinaturas perquiridas utilizando o método grafocinético. Esta técnica preconiza que se realize um criterioso estudo dos lançamentos questionados visando identificar seus elementos gráficos peculiares, isto é, aqueles capazes de individualizá-los frente a outros grafismos, e que se analisem do mesmo modo os lançamentos padrões. Após estabelecer as características dos referidos materiais deve-se fazer o cotejo entre eles, verificando-se as convergências e divergências entre os aspectos genéticos¹ e formas.

¹ A gênese ou grafotécnica estuda como se formam os traços, as letras e os vocábulos. Está relacionada com os movimentos executados pelo punho no momento em que a escrita é produzida.



CONFRONTO GRAFOSCÓPICO

NEGATIVO DE AUTORIA GRAFICA (AQ'S x AP'S)

O Perito passou então à análise de confronto, examinando a autenticidade das Assinaturas Questionadas (AQ'S) e as firmas selecionadas como padrões, confrontando-as entre si, por meio de cotejo entre os elementos individualizadores nelas observado, tendo sido detectadas as seguintes **CONVERGÊNCIAS/DIVERGÊNCIAS** conforme Quadro que se segue:

QUADRO de Convergências (C) / Divergências (D) / PREJUDICADAS (P)				
				Confrontações
Ordem Geral SUBJETIVOS	1	Aspecto Geral da escrita		Divergente
	2	Velocidade		Divergente
	3	Pressão		PREJUDICADA
	4	Dinamismo Gráfico (velocidade + pressão)		Divergente
	5	Ritmo		Divergente
	6	Projeção da escrita (velocidade + ritmo + direção)		Divergente
	7	Grau de habilidade do punho escrevente		Divergente
Ordem Geral OBJETIVOS	8	Andamento Gráfico		Divergente
	9	Inclinação da escrita		Divergente
	10	Inclinação axial		Divergente
	11	Alinhamento gráfico (linha de pauta imaginária)		Divergente
	12	Proporcionalidade de espaçamentos		Divergente
	12.1	Interlineares		Divergente
	12.2	Intervocabulares (iniciais representam os vocábulos)		Divergente
	12.3	Interliterais		Divergente
	12.4	Intergramáticos		Divergente
	13	Calibre		Divergente
	14	Comportamento das passantes		Divergente
	15	Disposição no contexto		Divergente
	16	Desenvolvimento lateral		Divergente
	17	Relações de proporcionalidade gramática (maiúsculas x maiúsculas)		Divergente
	18	Proporcionalidade das minúsculas		Divergente
	19	Situação dos gramas em relação à linha de pauta		Divergente
	20	Valores angulares e curvilíneos		Divergente
GRAFOCINÉTICA	21	Ataques		Divergente
	22	Remates		Divergente
	23	MORFOCINÉTICA		Divergente
	24	Idiografetismos		Divergente

7

Contato: (83)99332-2907  (81) 99808-6068
qgpericias@gmail.com /  @qgpericias
 Processo 0801017-71.2018.8.15.0371



ILUSTRAÇÃO DO CONFRONTO GRAFOSCÓPICO DE AUTENTICIDADE

Nas Assinaturas Questionadas nos contratos retromencionados e nas Assinaturas Padrões indicam as **divergências** de ordem geral e grafocinética apontadas acima, à exceção dos elementos 1 a 7, cuja natureza subjetiva não permite demonstração. A demonstração dos pontos observados encontra-se a seguir.

ASSINATURAS QUESTIONADAS

Isabel Silva da Nobrega Augusto
CLIENTE (ou a rogo, caso analfabeto)

Assinatura Questionada 01 (AQ 01 Contrato de Empréstimo nº 00129193864 – Data: 30/08/2017 – ID: Num. 19909004 - Pág. 3)

Isabel Silva da Nobrega Augusto

Assinatura Questionada 02 (AQ 02 Proposta de Empréstimo – Data: 03/08/2017 – ID: Num. 19909004 - Pág. 4)

Isabel Silva da Nobrega Augusto
Solicitante

Assinatura Questionada 03 (AQ 03 Solicitação de Portabilidade nº 855262245 – Data: 03/08/2017 – ID: Num. 19909004 - Pág. 7)

Isabel Silva da Nobrega Augusto
CLIENTE (ou a rogo, caso analfabeto)

Assinatura Questionada 04 (AQ 04 Contrato de Empréstimo nº 00129775456 – Data: 05/09/2017 – ID: Num. 19909009 - Pág. 3)

Isabel Silva da Nobrega Augusto
CLIENTE (ou seu rogado, no caso de analfabeto)

Assinatura Questionada 05 (AQ 05 Proposta de Empréstimo – Data: 03/08/2017 – ID: Num. 19909009 - Pág. 4)

Isabel Silva da Nobrega Augusto
Solicitante

Assinatura Questionada 06 (AQ 06 Solicitação de Portabilidade nº 855524914 – Data: 04/09/2017 – ID: Num. 19909009 - Pág. 7)

8

Contato: (83)99332-2907  (81) 99808-6068
qgpericias@gmail.com /  @qgpericias
Processo 0801017-71.2018.8.15.0371



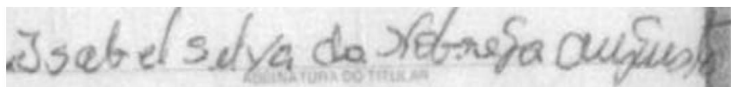
QG Eng. Felipe Queiroga Gadelha

Engenharia Civil
Datiloscópico

Engenharia Segurança do Trabalho
Exames em Áudio, Vídeo e Imagem

Grafotécnico
Documentoscópicos

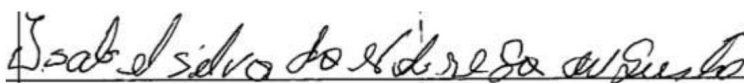
ASSINATURAS PADRÕES



Assinatura Padrão 1 (AP 1 Carteira de Identidade)



Assinatura Padrão 2 (AP 2 Coleta de Assinatura – Data: 18/05/2023)



Assinatura Padrão 3 (AP 3 Coleta de Assinatura – Data: 18/05/2023)



1. *Aspecto geral da escrita – As Assinaturas Questionadas Divergente com as Assinaturas Padrões;*
2. *Velocidade Gráfica – As Assinaturas Questionadas apresentam dinamismo incompatível com as Assinaturas Padrões;*
3. *Ritmo Gráfico – constatação de ritmo gráfico nas Assinaturas Questionadas incompatíveis com as Assinaturas Padrões;*
4. *Dinamismo Gráfico ou Grau de Habilidade do Punho escrevente² - Incompatibilidade das Assinaturas Questionadas com as Assinaturas Padrões;*
5. *Pressão³ da escrita – não pode verificar;*
6. *Desenvolvimento horizontal da escrita – Divergente nas Assinaturas Questionadas comparando com os mesmos padrões de desenvolvimento horizontal em confrontação com as Assinaturas Padrões;*
7. *Comportamento das passantes⁴ superiores se apresentam de acordo na confrontação entre as questionadas e as padrões – Divergente com as Assinaturas Questionadas comparando os mesmos padrões das passantes em confrontação com as Assinaturas Padrões;*
8. *Ataques: Divergências encontradas em diversos pontos de ataque das Assinaturas Questionadas comparando com os padrões de ataques em confrontação com as Assinaturas Padrões;*
9. *Remates: Divergências encontradas em diversos pontos de saída das Assinaturas Questionadas com relação aos padrões de remates em confrontação com as Assinaturas Padrões;*
10. *Inclinação da escrita – Divergente. As Assinaturas Questionadas apresentam diferentes padrões de inclinações em confrontação com as Assinaturas Padrões;*
11. *Proporção entre letras e passantes superiores – Divergente. As Assinaturas Questionadas apresentam diferentes padrões de proporção em confrontação com as Assinaturas Padrões;*
12. *Momentos gráficos Divergentes. As Assinaturas Questionadas apresentam diferentes momentos gráficos em confrontação com as Assinaturas Padrões;*

Momentos Gráficos			
Palavra	Assinaturas Questionadas	Assinaturas Padrões	Confrontação
ISABEL	2/3/4/6	4	Divergente
SILVA	2/3/4/5	4	Divergente
DA	1/4/3	1	Divergente
NOBREGA	1/3/4	4	Divergente
AUGUSTO	2/3/4	3/4/5	Divergente

² Dinamismo Gráfico ou Grau de Habilidade do Punho escrevente: tais características são intrínsecas de pessoas que já dominam a escrita, elas não podem ser confundidas com a beleza da caligrafia, mas sim com o dinamismo com que o sujeito tem ao lançar sua escrita no suporte;

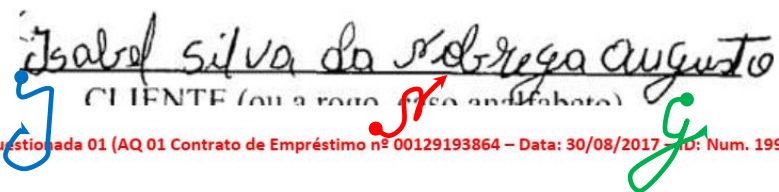
³ Pressão da escrita: determina as variabilidades da força que o objeto de escrita exerce sobre o papel, durante a evolução do traçado

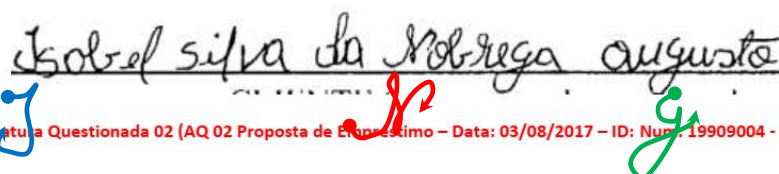
⁴ Passantes: Letras que extrapolam o tamanho normal dos gramas.

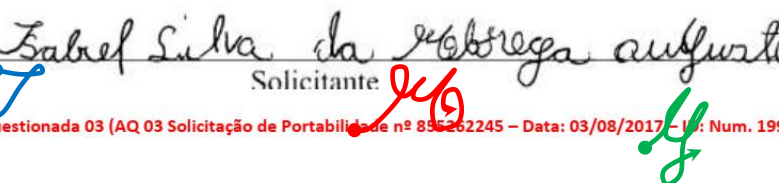


13. Dentre as inúmeras divergências observadas quanto a morfologias gráficas⁵ ou morfogênese nas **Assinaturas Questionadas** em confrontação com as **Assinaturas Padrões**, destaco: da letra “l” na palavra “Isabel”, da letra “N” na palavra “Nobrega” e da letra “g” na palavra “Augusto”.

ASSINATURAS QUESTIONADAS

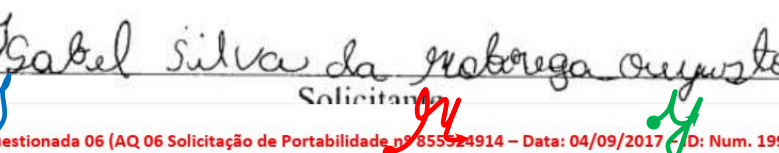

Assinatura Questionada 01 (AQ 01 Contrato de Empréstimo nº 00129193864 – Data: 30/08/2017 – ID: Num. 19909004 - Pág. 3)


Assinatura Questionada 02 (AQ 02 Proposta de Empréstimo – Data: 03/08/2017 – ID: Num. 19909004 - Pág. 7)


Assinatura Questionada 03 (AQ 03 Solicitação de Portabilidade nº 855262245 – Data: 03/08/2017 – ID: Num. 19909004 - Pág. 7)


Assinatura Questionada 04 (AQ 04 Contrato de Empréstimo nº 00129775456 – Data: 05/09/2017 – ID: Num. 19909009 - Pág. 3)

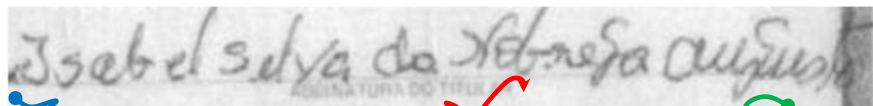

Assinatura Questionada 05 (AQ 05 Proposta de Empréstimo – Data: 03/08/2017 – ID: Num. 19909009 - Pág. 4)


Assinatura Questionada 06 (AQ 06 Solicitação de Portabilidade nº 855224914 – Data: 04/09/2017 – ID: Num. 19909009 - Pág. 7)

⁵ Ou morfogênese: Comportamento da forma em que a letra é lançada.



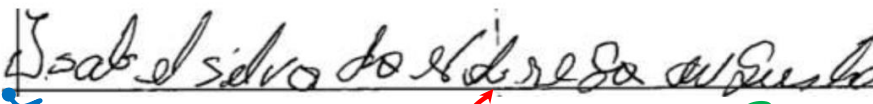
ASSINATURAS PADRÕES



Assinatura Padrão 1 (AP 1 Carteira de Identidade)



Assinatura Padrão 2 (AP 2 Coleta de Assinatura – Data: 18/05/2023)



Assinatura Padrão 3 (AP 3 Coleta de Assinatura – Data: 18/05/2023)

- - Ponto de ataque (entrada);
- ➔ - Ponto de arremate (saída).



8. QUESITOS

8.1 Parte Autora (não vislumbrado nos autos)

8.2 Parte Ré (não vislumbrado nos autos)

8.3 Pelo Juízo

1 - As assinaturas lançadas no contrato de empréstimo juntado aos autos provieram do punho do Autor?

Resposta: Não provieram.

2 - Com base no material fornecido para a realização da presente Perícia Grafotécnica pelo Requerente, as assinaturas a eles atribuídas no contrato de empréstimo juntado aos autos são falsas?

Resposta: Sim.

3 - Comparadas as assinaturas lançadas nos documentos com o material fornecido para realização da presente Perícia Grafotécnica pelo Requerente, pode-se afirmar guardarem diferenças? Quais seriam as diferenças?

Resposta: Sim. Favor ver quadros comparativos, confrontações e ilustrações constantes deste.

4 - Pode-se, portanto, excluir a possibilidade de que as assinaturas lançadas nos documentos provieram do punho do Requerente?

Resposta: Sim.



9 CONCLUSÃO

Diante dos exames realizados nas **Assinaturas Padrões** coletadas nos autos em confrontação com as **Assinaturas Questionadas** apresentadas nos documentos: **Contrato de Empréstimo nº 00129193864 – Data: 30/08/2017 – ID: Num. 19909004 - Pág. 3, Proposta de Empréstimo – Data: 03/08/2017 – ID: Num. 19909004 - Pág. 4, Solicitação de Portabilidade nº 855262245 – Data: 03/08/2017 – ID: Num. 19909004 - Pág. 7, Contrato de Empréstimo nº 00129775456 – Data: 05/09/2017 – ID: Num. 19909009 - Pág. 3, Proposta de Empréstimo – Data: 03/08/2017 – ID: Num. 19909009 - Pág. 4 e Solicitação de Portabilidade nº 855524914 – Data: 04/09/2017 – ID: Num. 19909009 - Pág. 7, permitiram-me emitir a seguinte conclusão:**

- As Assinaturas Questionadas **não correspondem à firma normal da Autora.**

10 BIBLIOGRAFIA

Del Picchia Filho José, Del Picchia Celso M.R. e Del Picchia Ana Maura G Tratado de Documentoscopia: da Falsidade Documental [Livro]. - São Paulo : Editora Pillares, 2005.

Simões da Camara e Silva Erick, Feuerharmel Samuel Documentoscopia: Aspectos Científicos, Técnicos e Jurídicos [Livro]. - São Paulo : Editora Millennium, 2014.

Feuerharmel Samuel Análise Grafoscópica de Assinaturas [Livro]. - São Paulo : Editora Millennium, 2017.

João Pessoa, 22 de junho de 2023.

**FELIPE QUEIROGA GADELHA
PERITO GRAFOSCÓPICO**

14

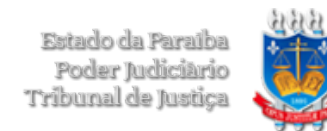
Contato: (83)99332-2907  (81) 99808-6068
qgpericias@gmail.com /  @qgpericias
Processo 0801017-71.2018.8.15.0371





Página Inicial ▶ Peritos
(/sighop/index.jsf)

Ajuda ? (http://suporte.tjpb.jus.br)



Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: *

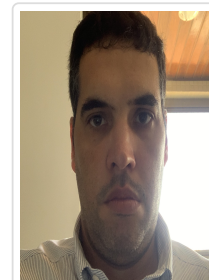
Felipe Queiroga Gadelha

Data nascimento: *

25/08/1975

Sexo: *

Masculino



Alterar foto

Nome Social:

CPF: *

021.205.144-02

Identidade: *

1792045 _____

Órgão: *

SSP PB

INSS/PIS/PASEP: *

12617929444

Tipo: *

PIS/PASEP

Escolaridade: *

Pós-graduação

Nome da mãe: *

Irinete Queiroga Gadelha

Nome do pai:

Raimundo de Paiva Gadelha Filho

Email: *

qgpericias@gmail.com

Telefone: *

(83) 99332-2907

☐ Tornar dados de contato públicos

Profissão *

Profissão	Área de Atuação	Nº Registro	Opções
Avaliador de Bens Imóveis	Em todo o Estado da Paraíba	1601639830	<div><div></div><div></div></div>
Engenheiro Civil	Em todo o Estado da Paraíba	1601639830	<div><div></div><div></div></div>
Engenheiro de Segurança do Trabalho	Perícias de Insalubridade e Periculosidade	1601639830	<div><div></div><div></div></div>
Grafocopistas	Documentoscopia e Grafotecnia	1601639830	<div><div></div><div></div></div>

Adicionar profissão

Municípios de atuação: *

Água Branca Aguiar Alagoa Grande Alagoa Nova

Alagoinha Alcantil Algodão de Jandaíra Alhandra

Endereço *

CEP *

58033-390

☐ Não sei o CEP

Estado *

Paraíba (PB)

Município / Localidade *

João Pessoa

Bairro ?

Brisamar

Logradouro *

R. Professor Francisco Oliveira Porto









Número * ?

21

Complemento

apt 1501, Edifício Royal Luna

Arquivos comprobatórios *

Arquivo	Remover
Certidão de Registro e Quitação junto ao CREA PB	
Comprovante de Residência	
Curriculum Vitae	
Diploma Engenheiro Civil	
Habilitação RG e CPF	
Pos Graduação em Avaliações e Perícias IBAPE	
Pos Graduação em Perícias Criminais e Ciências Forenses Grade Curricular	
Pos Graduação Engenharia de Segurança do Trabalho	
Registro CREA PB	
RG	

Gravar cadastro

Dados bancários

Banco: *

Banco do Brasil S.A.

Agência: *

33960

Conta: *

173541

Tipo conta: *

Corrente



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2023.085.259

Requerente: Juízo da 7ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Felipe Queiroga Gadelha – Perito Grafocopista – qqpericias@gmail.com

Os presentes autos versam sobre requisição de pagamento de honorários periciais, no valor de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), arbitrado em favor do Perito Grafocopista, Felipe Queiroga Gadelha, CPF 021. 205.144-02, NIT/PIS 126.17929.44.4, nascido em 25/08/1975, CBO 2041-10 pela realização de perícia nos autos do processo nº. 0801017-71.2018.8.15.0371, movido por Isabel Silva da Nóbrega Augusto, CPF 079.559.834-32, em face do Banco Olê Bonsucesso Consignado S.A., CNPJ 71.371.686/0001-75, perante o Juízo da 7ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Os integrantes do Conselho da Magistratura deste Tribunal, em sessão realizada no dia 16 de junho de 2023, apreciando o pedido em referência, protocolizado perante aquele órgão sob n. 0000159-46.2023.815.0000, cuja relatoria coube ao eminente Desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, decidiram, por votação unânime, autorizar reserva orçamentária, no valor de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), ficando o pagamento dos honorários periciais condicionado à apresentação do laudo pericial respectivo.

No dia de ontem – 03-07-2023, foi trazido para os presentes autos por esta Diretoria o Laudo Pericial de fls. 31/45.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Felipe Queiroga Gadelha, encontra-se em situação de ativo.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que seja emitida nota de empenho no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), em favor do Perito Grafocopista, Felipe Queiroga Gadelha, CPF 021.205.144-02, com inscrição no INSS sob nº 12617929444; inscrição no PIS/PASEP sob nº 12617929444, nascido em 25/08/1975, para realização de perícia por força de decisão lançada nos autos do processo nº 0801017-71.2018.8.15.0371, movido por Isabel Silva da Nóbrega Augusto, CPF 079.559.834-32, em face do Banco Olê Bonsucesso Consignado S.A., CNPJ 71.371.686/0001-75, perante o Juízo da 7ª Vara Mista da Comarca de Sousa, em estrito cumprimento aos termos da decisão acima referida, proferida pelos integrantes do Conselho da Magistratura.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo o que preconiza o art. 60 da Lei 4.320, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 04 de julho de 2023.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



04/07/2023

Número: **0801017-71.2018.8.15.0371**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **27/03/2018**

Valor da causa: **R\$ 16.045,31**

Assuntos: **Indenização por Dano Moral, Empréstimo consignado**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ISABEL SILVA DA NOBREGA AUGUSTO (AUTOR)		DEUSIMAR PIRES FERREIRA (ADVOGADO)	
BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A (REU)		LOURENCO GOMES GADELHA DE MOURA (ADVOGADO)	
FELIPE QUEIROGA GADELHA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
75595384	04/07/2023 11:15	Comunicações	Comunicações

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2023.085.259 - referente ao pagamento de honorários periciais, no valor de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), arbitrado em favor do Perito Grafocopista, Felipe Queiroga Gadelha, CPF 021. 205.144-02, NIT/PIS 126.17929.44.4, nascido em 25/08/1975, CBO 2041-10 pela realização de perícia nos autos do processo em referência.

Robson Cananéa - Diretor Especial

